



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17992 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

CRIANÇAS NEGRAS E ALFABETIZAÇÃO: O QUE AS PESQUISAS DIZEM, OS OLHOS VEEM E A PELE SENTE!

Cláudia da Hora Sousa - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Milca Maiara Mendes Cummings - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

CRIANÇAS NEGRAS E ALFABETIZAÇÃO: O QUE AS PESQUISAS DIZEM, OS OLHOS VEEM E A PELE SENTE!

1 LINHAS INTRODUTÓRIAS

Uma das emancipações mais importantes que a educação produz é nos colocar no lugar de fala. Somos duas negras, mulheres, mães e professoras da rede pública de Salvador, capital baiana, marcada por todos os atravessamentos que a escola nos impõe diuturnamente. Ao mesmo tempo, somos defensoras desse espaço social, institucional e formacional, assumindo uma prática pedagógica crítica e emancipatória, como tem que ser.

No presente trabalho, intentamos discutir a inter-relação entre (não) alfabetização e a raça-cor de crianças brasileiras. É uma proposta de reflexões diversas no campo social e educacional contemporâneo, a partir de análises de dados estatísticos produzidos por organismos nacionais de grande abrangência, circulação e reconhecimento: Ministério de Educação-MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, União das Nações Unidas para a Infância e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP.

O texto está organizado em três seções: na primeira, realizamos uma análise geral de três importantes pesquisas, trazendo reflexões e indagações sobre os dados que demarcam problemas de permanência e aprendizagens das crianças

negras nas escolas públicas do Brasil e da Bahia. Na seção seguinte, tratamos da concepção de alfabetização que defendemos e que busca garantir equidade, espaços e práticas que considerem o que pensam as crianças como pessoas cognoscentes, a partir de práticas sociais reais que respeitem suas culturas. Na última seção, delineamos (in) conclusões que refletem e a alfabetização como pilar de uma educação que objetiva uma sociedade na qual, como afirma Freire (1987), o oprimido não se torne o opressor.

2. O QUE DIZEM AS PESQUISAS? (NÃO) ALFABETIZAÇÃO TEM COR E RAÇA!

É inegável que negros e pobres no Brasil representam a camada da população mais vulnerável social e economicamente. Quando falamos de educação, não é diferente. O cenário brasileiro apresenta grandes fissuras educacionais que colocam as infâncias pretas e pardas em lugares que merecem um olhar cuidadoso, crítico e permanente.

Raça e cor têm sido amplamente discutidas no campo das relações étnico-raciais e da educação, primeiro pela construção escravista da sociedade brasileira, segundo por que as políticas públicas demandam combates a todas as formas de discriminação, dentre elas o racismo. Para Gomes (2006, p. 56): “O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. [...]”. O racismo está todos os dias dentro das escolas, das salas de aula, assim como na estrutura do nosso País.

Temos nas últimas décadas muitos estudos, pesquisas, planos e algumas políticas que fomentam uma educação antirracista, mas, embora tenhamos avançado muito nas discussões e nos currículos, na prática, os desafios permanecem e demandam de nós educadoras, debates, posturas e ações que enfrentem toda essa desigualdade existente. Para tanto, as pesquisas vêm abrir nossos olhos para tudo que as nossas crianças pretas e pardas sentem na pele.

Destacamos, primeiramente, o mais recente estudo do Ministério da Educação- MEC intitulada Pesquisa Alfabetiza Brasil, faz parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada cujo objetivo é “Garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca na recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia” (BRASIL, 2023). Os resultados afirmam que os processos de não alfabetização têm raça-cor, é visto e sentido na pele preta e parda das nossas crianças.

Essa pesquisa que foi divulgada em âmbito nacional em maio 2024,

realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP revela que, em 2023, 56% das crianças brasileiras foram alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental. Quando do recorte racial, o indicador de desigualdade aponta que 50% das crianças pretas e pardas conseguiram alcançar as aprendizagens avaliadas que, em línguas gerais averiguam se esses estudantes leem palavras, frases e textos curtos, localizam informações explícitas em textos curtos (até seis linhas), como em bilhete, crônica e fragmento de conto infantil e inferem informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal, entre outras habilidades.

Quando estratificamos a pesquisa para o Estado da Bahia (Estado mais negro fora da África), encontramos dados assustadores: apenas 37% das crianças foram alfabetizadas em 2023. O estudo não registra o recorte social por região ou estado, apenas o nacional.

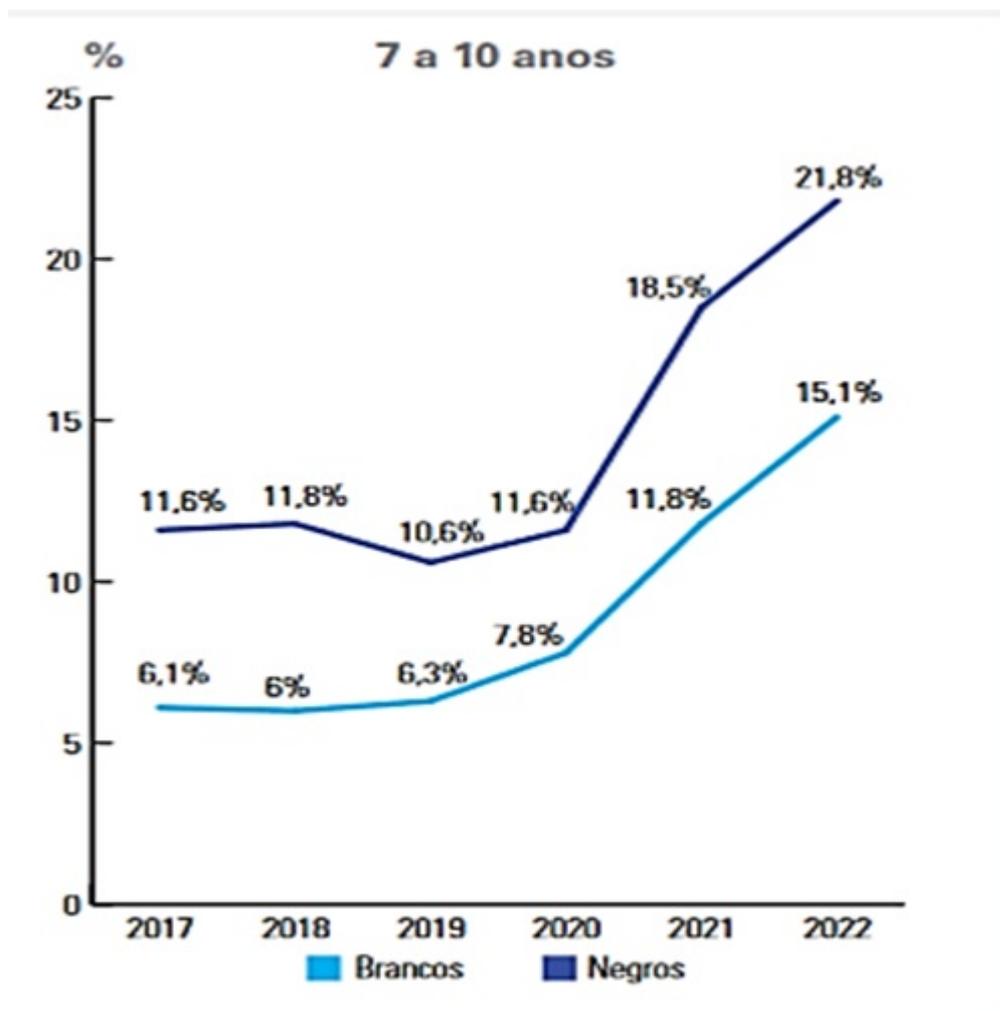
Figura 1: Indicador Criança Alfabetizada- Bahia



Fonte: www.inep.gov.br/avaliacao_da_alfabetizacao/bahia.pdf

Outra pesquisa que merece destaque é o relatório Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil, da UNICEF, ao dar destaque a infância, analisa alguns indicadores a partir da ótica da pobreza multidimensional demonstrando que entre a população infantil – entre 7 e 10 anos -, a diferença no percentual de pessoas alfabetizadas por cor é mais acentuada. Nessa linha, também é perceptível a influência da pandemia do covid-19 em acentuar essa desigualdade. Dentre as crianças brancas, o índice de analfabetismo chega a 15.1%, já dentre as crianças pretas e pardas, o índice aumenta para 21.8%.

Figura 2: taxa de analfabetismo entre crianças de 7 a 10 anos



Fonte: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=3797>

Uma terceira pesquisa que merece destaque foi realizada pela União das Nações Unidas para a Infância- UNICEF (2021) na qual mostra que os grupos mais atingidos pela exclusão escolar no Brasil são o das crianças de 4 e 5 anos, que deveriam estar matriculadas na pré-escola, e afirma que a exclusão escolar tem classe, cor e afeta principalmente quem já vive em situação mais vulnerável. A maioria das crianças e dos adolescentes fora da escola é preta, parda e indígena e está entre os 20% mais pobres do País. Essa taxa de abandono na pré-escola tem relação intrínseca com a alfabetização na idade certa, pois a experiência escolar, imprescindível para o desenvolvimento de diversas aprendizagens, só ocorre, para essas crianças, a partir dos 6 anos de idade.

Todas essas pesquisas nos fazem enxergar, sentir e compreender que o debate das relações étnico-raciais não passa apenas por reconhecer a existência do racismo, mas também por compreender a relação entre desigualdade racial e desigualdade educacional, e também de combatê-la com estabelecimento de metas e políticas específicas, que considerem a equidade como ponto de partida. A

compreensão sobre raça é fundamental para problematização de práticas racistas ocorrentes no cotidiano escolar, para consequente elaboração de caminhos antirracistas.

Ademais torna-se imprescindível fortalecer as práticas alfabetizadoras que considerem o protagonismo, o potencial, a beleza, a inteligência das crianças negras. Precisamos de currículos que as referenciem positivamente que respeitem o que elas sabem, que contextualizem e reflitam os seus saberes. Precisamos rever nossas concepções de alfabetização!

2.1 (Des)Caminhos: olhos e peles negras importam!

Quando rememoramos os nossos processos de alfabetização, em que se pesem raras exceções, lembramo-nos de práticas fundamentadas nos métodos alfabéticos, silábicos, sintéticos, representados por cartilhas, atividades de repetição e decodificação que sempre objetivaram a aquisição da escrita como um código rígido, pensado a partir de uma lógica transmissiva e memorizada, que nas palavras de Ferreiro (2011, p.23) são práticas que não oferecem oportunidades para aprendizagem da leitura e da escrita e acabam por tornar as crianças apenas “reprodutoras de signos estranhos.” Hoje, com todas as mudanças no mundo e na sociedade, essas práticas dão lugar a ações que apresentam sentido e mais significado para os alunos, trazendo os contextos da sua vida em sociedade, a sua vivência e pertencimento comunitário, aos seus contextos geográficos e culturais.

Sobre alfabetização, coadunamos com Ferreiro (1999, p. 47) quando afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior à escola, e que não termina ao finalizar a escola primária”. Sendo a alfabetização um processo, a aquisição da leitura e da escrita se dá paulatina e progressivamente, com interações bem planejadas e tendo o professor como profissional qualificado cuja função é planejar situações com múltiplas oportunidades de aprendizado bem como buscar entender como pensam as crianças considerando as individualidades de cada uma em suas experiências sociais e culturais. (Ferreiro, 1995)

Assim, é preciso que entendamos a escrita como um dos mais importantes construtos culturais e sociais. Essa construção não se deu e não pode ser apresentada como algo fixo, imutável, sem variações, pois permeia a nossa vida desde o nascimento.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da

possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1985, p.23) e, muitas vezes, essas crianças são negras. Muitas delas têm apenas a escola como referência e espaços de leitura e escrita.

No entanto, as crianças negras que não têm oportunidades de formação leitora e escritora fora da escola, ainda são estigmatizadas e avaliadas como pouco inteligentes ou capazes. Inclusive, quando da observação de algumas práticas e análises de materiais didáticos, percebemos a não representação das crianças negras, pelo contrário, os livros didáticos, por exemplo, ainda são uma das principais formas onde a negritude é representada negativamente.

As ilustrações estereotipadas e erros históricos referentes ao negro brasileiro são exemplos de como essa linguagem pode contribuir com a manutenção do racismo e do preconceito na escola. Apesar do avanço preconizado com os PCN's, os livros paradidáticos, compostos principalmente por literatura infanto- criança negra e educação juvenil, não têm apresentado o mesmo critério e cuidado quanto a sua editoração (SOUZA, 2005, p. 109).

A escola pública que experienciamos hoje, é fruto de um modelo gestado no século XIX, com intencionalidades bem dirigidas: criar uma sociedade homogênea neutralizando e eliminando qualquer traço de diferença entre as pessoas. Nesse contexto as diferenças culturais tinham que ser obrigatoriamente apagadas. Temos vivido tempos nos quais exalta-se a importância de garantir e potencializar a diversidade cultural em todos os espaços sociais e nos discursos, as escolas estão incluídas. Na prática ainda experienciamos situações nas quais as culturas das crianças negras e sua ancestralidade ainda são “folclorizadas” ou tratadas em espaços-tempos pontuais como em datas comemorativas, por exemplo: Dia da Consciência Negra. Zen; Molinari; Nascimento (2020, p.258) afirmam que “as crianças se apropriam criativamente do seu entorno para produzir suas próprias culturas. As crianças são coprodutoras da infância e da sociedade, atores sociais que reinventam sua própria cultura na interação com os adultos e com seus pares”. Quando falamos que as crianças precisam ser ouvidas e respeitadas em seus processos de apropriação do sistema de escrita falamos também do respeito às suas culturas. A alfabetização como o ingresso nas culturas do escrito, compreendidas como produção de linguagem pelas pessoas, não pode negligenciar nem invisibilizar as culturas dessas pessoas.

Atualmente, propostas para alfabetizar vinculadas às culturas e ancestralidades das crianças negras circulam em diferentes meios (livros didáticos e na internet). Neste contexto, são criados alfabetários, atividades produzidas a partir da literatura afrocentrada e antirracistas, dentre outras. A maioria delas vinculadas à concepção de alfabetização que trata o objeto conceitual que chamamos de escrita como um código. São propostas, que apesar da nova roupagem e da tentativa de trazer um pouco da cultura das crianças para as salas

de aula, não possibilitam uma alfabetização que respeite o que pensam os aprendizes. É um modelo centrado na repetição de letras, sons, famílias silábicas. Tais materiais são produzidos com a intenção de ajudar fundamentado na ideia de que os adultos podem controlar a ação da criança sobre a aprendizagem da leitura e da escrita. A ilusão de que é o professor quem decide a hora que a criança começa a aprender, o que vão aprender e a ordem correta que é previamente definida para a apresentação de estímulos que possibilitem aprendizagem. (Ferreiro, 2011)

3 (IN)CONCLUSÕES: ALFABETIZAÇÃO É UM DIREITO!

Enfatizamos que, conforme afirma ferreiro (2002, p.38) “alfabetização não é um luxo nem uma obrigação: é um direito!”. E quando falamos em direitos, estamos afirmando que todo processo de alfabetização precisa estar pautado nos princípios da equidade e da justiça curricular. Equidade para oferecer, democraticamente, e de maneira equânime, as possibilidades para que todas as crianças aprendam a ler e a escrever com sentido social acerca e significado real. Justiça curricular porque é urgente rever o epistemicídio causado pela lógica social da branquitude, na qual retira das composições curriculares a produção científica e intelectual que nós negras e negros construímos desde antes da colonização.

Pensar sobre esses aspectos históricos e contemporâneos insere este trabalho num campo crítico, numa vertente que dialoga com a necessidade urgente de reflexão e redirecionamento de práticas reprodutoras que fomentam o racismo e a desigualdade, que ainda colocam nossas crianças negras e pobres em lugares de desprestígio ou de menos saber, que ainda são permeadas por projetos e atividades sem sentido e representatividade, sem que essas crianças possam se enxergar inteligentes, bonitas, produtoras, capazes, protagonistas dos seus processos de aprendizagem.

Djamila Ribeiro (2019) em seu livro *Pequeno Manual Antirracista* afirma que, por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos acesso a uma educação de qualidade e que o discurso da meritocracia precisa ser vencido. “Um garoto que precisa vender no sinal para ajudar na renda da família e outro que passa as tardes em aula de idiomas, não partem do mesmo ponto” (p.44). Isso é sobre equidade!

As pesquisas nos mostram que no Brasil e na Bahia ainda existem quadros assustadores de (não) alfabetização, o que nos dizem que ainda não garantimos o direito de todas as crianças se alfabetizarem no tempo-idade certa e em condições adequadas. Também nos alerta sobre a importância das políticas públicas antirracistas e das necessidades de fortalecimento das mesmas. Há pouco

comemoramos 20 anos da lei 10.639/03, mas o alcance e os resultados que retratam a realidade educacional e as aprendizagens das nossas crianças negras são insatisfatórios. Temos pouco o que comemorar!

Raça no Brasil ainda é um fator determinante quando falamos sobre exclusão social e educacional, mas é necessário continuar na luta antirracista e como reafirma Djamila Ribeiro (2019), não podemos nos contentar com pouco e se acharem que ser antirracista é ser chata, sejam chatíssimas!

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- **Pesquisa Alfabetiza Brasil**. Brasília. 2023. Disponível em www.inep.gov.br/avaliacao_da_alfabetizacao/bahia.pdf Acessado em 13 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

FERREIRO, Emília. Desenvolvimento da alfabetização: psicogênese. In: GOODMAN, Yetta M. (Org.). **Como as crianças constroem a leitura e a escrita**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. Retradução e cotejo de textos Sandra Trabuco Valezuela. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2011

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultura, currículo e questão racial. Desafios

para a prática pedagógica: ABRAMOWICZ, Anete, BARBOSA, Maria de

Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006, p.21-40.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília, 2005.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. Pobreza multidimensional na infância e adolescência. **Relatório**. Brasil, Outubro, 2023.

Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil : Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. **Relatório**. Brasil, abril, 2021.

ZEN, Giovana Cristina. MOLINARI, Maria Claudia. NASCIMENTO, Aline Carvalho. As práticas cotidianas de leitura e escrita na escola como um direito da infância. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 41, p. 255-277, Edição Especial, 2020.
